

# Entrevista com a comissão organizadora da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental

*Interview with the Organizing Committee of the Conference*

*Entrevista con la Comisión Organizadora de la Conferencia*

Ana Valéria Machado Mendonça<sup>1</sup>

Fernando Ferreira Carneiro<sup>2</sup>

Esta entrevista foi desenvolvida em duas partes, por ocasião de uma das várias reuniões realizadas em Brasília, preparativas a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental (I CNSA) e da qual participaram Marta Sinoti, Ministério das Cidades; Guilherme Franco Neto, Ministério da Saúde; Marla Kuhn, GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e da Vigilância em Saúde de Porto Alegre; Carlos Henrique, Ministério do Meio Ambiente e Conferência Nacional do Meio Ambiente; Ary Miranda, FIOCRUZ, e também coordenador do GT de Saúde e Ambiente da ABRASCO.

Numa segunda oportunidade, no dia 18 de setembro, durante o Seminário de Saúde Ambiental dos Povos do Campo realizado em Cuiabá/MT – preparatório a I CNSA, Fernando Carneiro entrevistou representantes dos movimentos sociais das cidades, campo e floresta. Contribuíram com a entrevista Valério Lopes, vice-presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores, e também vice-presidente da Comissão de Saneamento e Meio Ambiente do Conselho Nacional de Saúde; Alcir Ferreira de Matos, da Executiva Nacional da União Nacional por Moradia Popular e membro do Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES); Gislei Knierim, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Célia Regina das Neves, do Conselho Nacional dos Seringueiros; e Wagner Fajardo Pereira, da Federação Nacional dos Metroviários e membro do CONCIDADES. Os temas abordados na entrevista coletiva, permearam os mesmos eixos abordados na entrevista com os representantes dos Ministérios da Saúde, Meio Ambiente e Cidades.

---

<sup>1</sup> Jornalista, professora da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). Doutora em Ciência da Informação pela UnB e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. [valeriamendonca@unb.br](mailto:valeriamendonca@unb.br)

<sup>2</sup> Biólogo, Mestre em Saúde Ambiental pelo Instituto de Saúde Pública do México e Doutor em Epidemiologia pela UFMG, Professor de Saúde, Ambiente e Trabalho - Coordenador de Extensão do Campus Ceilândia, Universidade de Brasília. [fernandocarneiro.brasilia@gmail.com](mailto:fernandocarneiro.brasilia@gmail.com)

Conduzida com o cuidado de quem participou de muitas das discussões preparatórias ao evento, realizado em dezembro de 2009 em Brasília, a Revista *Tempus – Actas em Saúde Coletiva* destaca nessa entrevista especial com a Comissão Organizadora da Conferência, o trabalho dos inúmeros sujeitos estratégicos a este movimento nacional que assinalam posicionamentos institucionais e suas opiniões diante das questões levantadas pelos professores Ana Valéria M. Mendonça e Fernando F. Carneiro nessa priorização de temas em debate.

TEMPUS ACTAS – Historicamente, quais foram os determinantes que levaram à convergência de Ministérios e Conselhos, como o de Saúde, Ambiente e Cidades, para organizarem a primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental?

GUILHERME – Tem um processo muito interessante que está aí, na retaguarda dessa Conferência, e eu acho que tem a ver com a emergência da agenda ambiental mais propositiva dos tempos modernos, particularmente a partir da ECO 92, da Conferência do Rio de Janeiro e que começou a trazer um pouco de evidência na necessidade de trabalhar a agenda ambiental global, a questão do desenvolvimento sustentável e os paradigmas colocados pela grande crise ambiental mundial em função das ações do homem. Aqui no Brasil, no Governo Federal teve uma repercussão grande após a Rio 92, um movimento que foi liderado pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) entre outros órgãos internacionais, para poder fazer uma agenda de interface de saúde e ambiente. Essa agenda atualizou toda a questão clássica do saneamento ambiental, as necessidades de superar as inequidades no campo da infraestrutura, do saneamento, e trouxe toda a questão relacionada à necessidade do enfrentamento da poluição atmosférica e outros e fatores da exposição humana a químicos. Naquela época não tínhamos ainda a organização do Ministério das Cidades, que deu uma alavancada muito grande nesse processo todo, mas existiam aproximações com o Ministério do Meio Ambiente, e no âmbito do Conselho Nacional de Saúde durante bastante tempo. Eu acredito que mais de dez anos com certeza, e numa comissão chamada Comissão Intersectorial de Saneamento e Meio Ambiente do Conselho Nacional de Saúde - CISAMA se desenvolveu uma agenda de interface entre saúde e ambiente, que está nos primórdios de todo esse movimento. Essa agenda de saúde e ambiente foi intensificada no começo dessa década atual e, progressivamente, essa perspectiva foi sendo absorvida na agenda mais estratégica e política do campo do meio ambiente, do campo das cidades, agora já formatado no governo Lula, e no campo da saúde, o que possibilitou a construção de umas tese, de subsídio pelo menos, de uma discussão mais sistêmica, que foi submetido às últimas Conferências de Saúde, Meio Ambiente e Cidades, e que deliberaram pela realização desta Conferência. Isso é um pouco da história de como esse a trajetória se constituiu aqui no Brasil.

*Tempus. Actas em Saúde Coletiva*, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

ARY – A linha de corte do Brasil é a Rio 92. Quando você pega a expressão dos estudos de grupos de pesquisas do CNPQ, que lidam com a questão de saúde e ambiente, era menos de 1%, isso no final da década de 90. As expressões acadêmicas de estudos em relação a isso são diminutas, o que dirá na estrutura dos Estados, eu acho que o Guilherme fez uma síntese interessante. Agora tem outro componente que eu acho que é muito importante, é como isso ganha a agenda da sociedade civil, toda a badalação da questão ambiental que cada vez mais se coloca com vigor na mídia discutindo mudanças climáticas, poluição, enfim, todos esses componentes que compõem essa relação com a saúde. As questões da saúde que antes, nesse processo mais recente da democracia brasileira, estavam colocadas nos sindicatos dos trabalhadores, essa questão ambiental não necessariamente está. Têm-se um conjunto de outras instituições como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que se debruça sobre isso, envolvendo muitas vezes ONGs boas, você tem hoje um rebatimento na sociedade fora da estrutura do estado, que coloca um “emparedamento” nos desafios maiores pro estado poder enfrentar isso. Trata-se de um componente que vale a pena pra mim, ser destacado, ele passa por dentro das instituições, e passa por dentro da sociedade, e que nesse meio campo, isso fortalece a perspectiva, por exemplo, de ser colocada uma Conferência dessa natureza. Seguindo essa linha, sem aprofundar, quando a gente fala quais são os grandes problemas nacionais e internacionais que deverão marcar os debates na Conferência, fazendo analogia com o processo histórico, que possibilitou essa convergência agora de saúde e ambiente, desenvolvimento urbano, a pergunta é: a realidade que está batendo na porta, como é que você vê hoje, o que esse modelo de desenvolvimento criou, que tornou essa agenda que está chegando, está se impondo, talvez também pelo momento do desenvolvimento do planeta.

VALÉRIO – Nossa preocupação, dentro do que articulamos no CISAMA, era podermos construir, não só na saúde, mas na área de saneamento, uma política que tratasse de todos esses temas, e pra não fugir da pergunta, a nossa preocupação com o ambiente era justamente essa, nós temos, todos que somos lutadores de movimentos, temos muitas áreas que ocupamos de forma irregular no passado, sem ter o conhecimento dos problemas fundamentais que afetavam, e muitas vezes inclusive motivados por gestores municipais, que nos incentivavam próximo às eleições para que as pessoas ocupassem áreas de preservação, áreas ilegais, e assim por diante. Essa preocupação muito mais urbana nossa, é no sentido de que melhorássemos a qualidade de vida das pessoas que tinham implicações de saúde. Pessoas com leptospirose e um conjunto de doenças modernas ou antigas que estão voltando agora e que enfrentávamos nessas comunidades que trabalhamos. Tem muita gente no governo que tem essa consciência, que ajudou a construir isso, o governo

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

tem gente que é contra essa política, mas tem quem é a favor, que ajudou a construir um espaço e um ambiente favorável às Conferências, de Meio Ambiente, Saúde, e das Cidades. Essa resolução de criar um espaço para a primeira Conferência de Saúde Ambiental é um marco histórico, a própria pergunta ali já fala sobre isso, é um marco histórico na nossa luta, na luta popular urbana, do campo e da floresta, e ela reflete um sentimento nacional da população e desses agentes gestores do governo que têm a visão ampliada e a compreensão do quanto é complexa a nossa vida hoje e das dificuldades que enfrentamos.

CELIA – O próprio clamor das populações, dos segmentos que ocupam determinados ambientes, e que, principalmente nós da floresta entendemos como qualidade de vida a partir da saúde, não só da saúde nossa, mas também do próprio ambiente, bioma que ocupamos, e vemos que essa própria situação da organização dos movimentos, dos segmentos sociais que buscam isso, fazer com que o Estado tenha isso como responsabilidade sua, penso que vem despertando já essa necessidade de interlocução, dessa harmonia, dessa interligação para esse determinado fim.

TEMPUS – O encontro dos colegiados ambientais foi uma tentativa?

GUILHERME – Foi uma tentativa, mas acho que é importante a gente poder ressaltar que essa formulação de política pública, de escutar a sociedade, é que está causando essa convergência de ter três, quatro, cinco ministérios. A última Conferência do Meio Ambiente teve três ministérios envolvidos também por causa da agenda internacional. Foram envolvidos os Ministérios do Meio Ambiente, Relações Exteriores e Educação, por isso essa interdisciplinaridade está ficando cada vez maior por causa desse processo de Conferência. As deliberações estão atravessando os ministérios, os ultrapassando e está criando convergência. Do ponto de vista da questão da apropriação do debate pela população, da sociedade civil, em se tratando das questões do Ministério das Cidades, é bastante interessante ver como esse tema da questão ambiental, que tradicionalmente é só associado à questão do verde, está batendo realmente na porta dos movimentos que trabalham com a questão da cidade. O ambiente aqui não está sendo considerado o ambiente como os verdes da década de 70 colocavam, mas que, em face da peculiaridade do processo urbano brasileiro, não tem como você discutir, passar ao largo dessa discussão, da saúde associada ao espaço da cidade, é uma maturidade, digamos assim, trabalhar de forma integrada. No plano internacional a gente vai pensar que tem o contexto global, da percepção por todo mundo generalizada, da crise do ponto de vista do ambiente em um conceito mais macro, no Brasil a gente tem a questão da crise do modelo de vida em cidade, a gente tem 80% da população brasileira concentrada em cidades, sendo que 60%

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

concentrada em núcleos urbanos de grande concentração, isso gera uma série de questões que obriga realmente a sociedade a montar uma área de consciência em relação ao que significa viver num ambiente que sofre essa pressão, e aí com os desdobramentos para questões de saúde.

TEMPUS – As idéias que movem o mundo ou o mundo é que move as idéias? Existem situações problema que mobilizam as pessoas a pensarem e a reformularem suas agendas. Existem grandes problemas agora nacionais e internacionais que favorecem essa agenda e isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento hegemônico, de sociedade. Como é que chega isso hoje, o rebatimento na agenda de saúde ambiental?

GUILHERME – É interessante porque quando estamos num espaço desses, que é um espaço também de criação fazer uma Conferência, passamos a ter outras reflexões. Estava todo aguçado pra fazer a questão temática da Conferência, estava tentando entender onde é que a gente está cutucando e realmente é impressionante, eu fiquei fazendo uma espécie de um jogo de imagens sobre essa questão da mudança do clima e seus principais sintomas. Aquecimento da terra, os níveis dos mares que aumentam em função do derretimento das geleiras, ou seja, a Terra está com febre e está chorando, foi a interpretação que eu fiz, ela está com dor, ela está sentindo alguma coisa, e eu acho que esse raciocínio vai possibilitar fazermos um somatório entre aqueles que pensam a questão da ciência, do conhecimento científico, e os paradigmas estão colocados para entender isso aí, a questão dos saberes, ou seja, um envolvimento da sociedade, suas perspectivas, sua multiinterpretação dos fenômenos que acontecem, e a questão do estado. O que está colocado é uma tremenda necessidade, uma denúncia que está dada, de que pra a gente poder enfrentar essa questão, que a gente está chamando aí das vulnerabilidades ou das sustentabilidades, teremos que desmontar muito conhecimento e muita forma de ver as coisas, apesar de que nós não temos ainda os instrumentos, os saberes necessários para termos armas e capacidade suficiente pra enfrentar isso aí. Essa grande crise global, as repercussões no nosso território e da maneira como se expressa, são excelentes oportunidades para aprofundarmos esse debate.

TEMPUS – A questão da globalização dessa chamada “fim da modernidade” a partir da década de 70, em que o mundo é globalizado desde o século XIX, como se dá o reflexo na sociedade que discute saúde e ambiente?

ARY – A globalização moderna foi defendida pelos teólogos do capitalismo como um ganho no sentido da superação da desigualdade do mundo, ela foi defendida na década de 70 e a tese era de que seria preciso diminuir as fronteiras nacionais, e com

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

isso aumentar a profusão de bens capitais, de conhecimento científico, de tecnologia e, conseqüentemente, a emancipação dos mais pobres, diminuindo o fosso. E a tecnologia, na questão da informática, permitiu agilizar a integração, encurtar os espaços. Ela mostrou a falácia na virada do século XXI, que ainda tem uma concentração brutal do conhecimento científico nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, e de patentes de cada tecnologia. Tem realmente uma profusão total de bens de serviços e bens de consumo e capitais, mas tem um fortalecimento brutal dos estados nacionais devido a invasão dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. Por que eu estou falando isso? Porque também se universalizaram uma série de danos do processo. Quando estourou a usina de Chernobyl, na União Soviética, todo aquele negócio invadiu a Europa, todo o movimento com relação a segurança química, desenha claramente que o processo de comercialização intensificado da globalização transpôs risco para tudo quanto é lado. Ele trás consigo uma contradição interessante da visibilidade de um conjunto de fatores que definem vulnerabilidade, de certa maneira, que não é preciso mais ser tratado isoladamente. Na década de 70, começou-se a discutir as primeiras Conferências da questão ambiental, 1972, na Suécia. Esse processo de globalização globalizou muito os interesses do capital, mas globalizou também os impactos desse mesmo interesse. Aí a mudança climática é a coisa mais visível, isso é uma tese que ninguém discute, o universo não tem fronteiras, quando você emite gases do efeito estufa você aquece a Terra e o impacto tem sido em cima das populações mais vulneráveis, logo, esse processo da globalização, que globaliza risco, vamos usar essa expressão, rompe com as fronteiras também da propagação de risco, de uma certa forma promove uma globalização da consciência, isso é um fenômeno interessante, ele ajuda na globalização da consciência. Daí o movimento ambiental começa a acontecer. Como o pessoal do Greenpeace, tem-se que discutir a base ideológica desses caras, no âmbito da visibilidade desse processo, cada qual com sua matriz ideológica, ajuda à agenda. Não estamos longe desse processo global de mobilização, temos nossas particularidades, nossas deficiências, pontos de vista de consciência nacional, apesar dos avanços.

TEMPUS – Qual a grande novidade que apresenta essa Conferência? Tradicionalmente os setores trabalhavam isolados. Saneamento não utilizava a epidemiologia ou a saúde para priorizar a situação como critérios. O meio ambiente achava que saúde ambiental era ocupar seu espaço, era como se fosse estar “invadindo meu território”. Como é que isso se dá hoje?

ARY – Tem uma coisa ainda que é um caso de incerteza. É o esquecimento. É uma sensação que eu tenho, não sei se vocês percebem isso. Está sendo colocado na agenda dos estados e na da sociedade. Eu acho que a Conferência vai poder ajudar a despertar. Precisamos começar a desenhar o processo de enfiamento. A

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

metodologia tem se discutido muito na academia. A construção de metodologia de abordagem na questão ambiental, disciplinaridade, da interdisciplinaridade, participação social, mas na realidade ainda são movimentos iniciais que buscam um desenho mais efetivo de enfrentamento. Avançando naquela questão do conceito de desenvolvimento sustentável, que é o desenvolvimento limpo, que tinha uma cunha entre a produção e a natureza, depois evoluímos para a busca eco-sócio-sanitária e começamos a usar essa expressão. Essa é a síntese do eco-sócio-sanitário que olha o ambiente, como necessariamente mediado pela ação humana, e pensando em ação humana é a organização do processo produtivo, e pensando no processo produtivo a área de ação capitalista, esse é um avanço substantivo e que cada vez mais vai se tendo busca conceitual, rompe com os ecologistas puros, rompe com aquela clivagem entre o ambiente, como se a posição tivesse deslocada dele e vamos migrando pra um olhar mais complexo e integrador. Mas ainda nos falta. Estamos construindo uma das ferramentas mais claras de intervenção, estou levantando só mais um dado que é interessante, e uma Conferência dessa natureza pode trazer uma série de surpresas boas.

TEMPUS – O que se espera dessa Conferência para auxiliar esse processo de mudança?

ARY – Eu acho que o principal ganho, foi o que disse o Guilherme, é a mobilização social, é o principal ganho. Você não consegue fazer avançar nenhum processo se não tiver um grau de densidade de participação democrática da sociedade. Ainda mais uma sociedade tão desigual uma elite tão que historicamente exclui. Com tantas iniquidades que nós temos. Temos milhões de pessoas que passam fome no país. E atos monstruosos. Esse estado nosso que foi privatizado desde a sua origem, inclusive na década de 90. Com dois fenômenos, continua de certa forma com grandes forças. Eu acredito que as mudanças mais substantivas só virão com um grau de densidade de um partido social importante, principalmente com questões dessa natureza, sabe por quê? Por que é uma questão de fundo nessa questão nossa, enfrentar a questão ambiental é afetar o padrão de consumo imposto pelo capitalismo. Essa é uma questão que surge da alma do sistema. O capitalismo trabalha com dois elementos. Primeiro o controle do processo de produção, em segundo escala, está na escala a segunda essência dele. Se você colocar no mundo o padrão de consumo que tenha o hemisfério nosso, você precisa de três hemisférios pra dar conta de recurso natural. Enfrentar a questão ambiental pra valer é enfrentar o padrão de consumo é enfrentar o capitalismo. Não tenho dúvida. Pra valer! Se você ta pensando em aquecimento global, enfrentar o padrão tecnológico do desenvolvimento capitalismo o qual a gente consome. Se você não enfrentar isso como você enfrenta o aquecimento global?!

Isso é uma mudança de paradigma.

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

Só que isso é uma contradição, uma contradição pesada. Com relação à lógica do modelo. Quem vai enfrentar isso? O estado? Os estados nacionais da sociedade capitalista? Claro que não. E eu estou falando de um governo que eu apoio e defendo. Então respondendo a pergunta. Em minha opinião o maior legado que podemos ter é a consciência social, isso não pode ser uma abstração, essa consciência social tem que traduzir definir diretrizes que é o que está colocado como desafio da conferência, propostas concretas de intervenção do estado e etc, porque esse tema trás contradições antagônicas com relação ao sistema de padrão de consumo, e o padrão de consumo atual é o padrão que sustenta o capitalismo. O capitalismo sem escala ele não é capitalismo. Como é que se resolve o problema, por exemplo, do aquecimento, de reagir à contaminação ambiental, se não resolvendo a questão do padrão de consumo?

TEMPUS – Quais os grandes problemas nacionais e internacionais que deverão marcar os debates na Conferência?

ARY - Posso em primeiro lugar, fazer um parêntese? Na questão da crise urbana. Por que há essa crise urbana? Porque a gente fez um processo de urbanização que, se a Europa levou 500 anos para consolidar suas grandes capitais, que não são tão grandes assim, o Brasil fez isso em 50 anos, então você tem uma super demanda por uma série de serviços infra-estruturais, moradia saneamento, tudo que tem a ver com saneamento, e todas as outras áreas da política social, que o estado não conseguiu dar conta de atender. Por quê? Porque o tempo em que aconteceu esse processo de concentração na cidade é um tempo, como colocou o Guilherme, que não aconteceu em nenhuma outra sociedade do mundo. Isso realmente é o dado do pouco tempo em que se precarizou e se concentrou a vida nas cidades no Brasil, nos centros urbanos grandes, e o que isso significa para a discussão da gente como sociedade. Fechando o parêntese então. Destacando isso ganhamos um título agora de primeiro consumidor mundial de agrotóxico. Ainda tem isso, informação que a ANVISA acabou de emprestar pra gente que é uma coisa assustadora, e que tem a ver com o nosso modelo de desenvolvimento. Agrotóxico no Brasil é igual a remédio. Entra por quê? Você num tem controle de absolutamente nada. A indústria farmacêutica é uma das indústrias que mais se beneficia da liberalidade do mercado brasileiro. Aqui qualquer brasileiro compra qualquer remédio em qualquer esquina. Até remédio de cavalo ele pode comprar em farmácia veterinária. Isso acontece também infelizmente com os agrotóxicos, via de regra, e o resultado é esse, a gente tem aí uma situação, e acho que o agrotóxico serve como indicador da exposição química que também é muito elevada.

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.



GISLEI – Um dos grandes problemas nacionais e internacionais que eu acho que deve vir a tona nessa Conferência é de fato refletirmos o modelo de desenvolvimento capitalista que está posto, principalmente pro campo, que é o agronegócio e o hidronegócio, e também o que isso se reflete pro conjunto da humanidade, seja nas mudanças climáticas, na soberania alimentar, na segurança alimentar, e rever o modo de consumo desse planeta. E o campo principalmente vai levantar essa bandeira, do uso dos agrotóxicos, da liberação dos transgênicos e tudo que isso afeta no modelo de desenvolvimento agrícola e reflete no problema agrário

MARTA SINOTI – Isso vem também de acordo conforme está o cenário internacional. Se os bons ventos do cenário internacional estão andando bem, a pressão sobre nossos ativos ambientais aumenta conforme os ventos da economia mundial estão indo bem. Se a economia está em crise, a pressão sobre os nossos ativos ambientais também diminui. Não temos controle sobre isso, conforme a economia vai andando bem, a pressão sobre os nossos ativos ambientais é enorme, a gente não tem um controle sobre eles, sejam pelos agrotóxicos, pelo desmatamento, seja pelo domínio das nossas fontes e reservas de água, que são importantíssimos e estão aí na mão de quatro ou cinco multinacionais no mundo inteiro, estão tomando conta das reservas internacionais de água.

GUILHERME – Podíamos especificar ponto por ponto, ou seja, se pegarmos o amianto no Brasil, que também é outra bomba relógio encoberta, porque se cria toda uma dificuldade inclusive de fazer com que o conhecimento da informação venha à tona, é um problema gravíssimo, porque você tem uma massa aí de pelo menos 350 mil trabalhadores expostos diariamente a essas fibras. Como não está sendo vencida no Governo Federal, a guerra no Brasil, está sendo vencida nos estados. Tem três ou quatro Estados que já têm estabelecida sua lei de banimento do amianto, o que é muito interessante, criando novas contradições aí, inclusive capitalizadas paradoxalmente pelo estado de São Paulo, que aparentemente não deveria estar tão preocupado assim com o amianto, mas está aí à custa dos arranjos do governo da sociedade local. Mas enfim, o que eu acho que seria assim fundamental registrar, é que nós estamos conseguindo trazer esse elo entre nós aqui à evidência.

CARLOS HENRIQUE – Existe um... Embora o Ary tenha razão, e a gente tem que estar atento a isso, de que a nossa ignorância, o desconhecimento dos processos, e também a dificuldade de articulação tanto da sociedade quanto institucional, ainda não nos permitem ter, vamos dizer assim, o domínio sobre o processo como um todo, eu não tenho dúvida de que você tem um processo emergente que pra mim não tem volta, que é uma questão que está dada. As ameaças em torno das questões, dessas vulnerabilidades socioambientais, elas são tratadas hoje em diversos fóruns, precisa

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

estar agora melhor organizada, e a conferencia vem também pra isso, pra poder já dar organização. Se a gente vai falar de desastre, por exemplo, o Brasil tem intensificado a magnitude e a freqüência de seus atos. A gente nunca ouviu falar em furacão aqui no Brasil. Já tem um registro de furacão.

Existem aproximadamente dois milhões de refugiados ambientais, são os que sofreram de alguma calamidade ambiental. E 90% estão na África. São esses países mais pobres que vão sofrer mais, com o que os ricos estão causando.

Agora, em frente esse cenário que vocês colocaram, é bom dizer que o Conselho Nacional de Saúde esse ano, fez uma pausa para balanço em termos de Conferências nacionais, mas só aprovou essa, a Conferência Nacional de Saúde Ambiental, porque ela trouxe novidades, e além de novidades no campo intersetorial, parece que ela tem também missões no campo de inovar no controle social, já que existe na saúde certo esgotamento de algumas metodologias em termos de viabilização da participação social.

TEMPUS – Que tipo de novidade então essa Conferência pode trazer para agregar hoje essa perspectiva da qualificação, melhorar a eficiência do controle social sobre as políticas públicas? Que novidades ela pode trazer? Que novos atores podem surgir?

GUILHERME – Eu tenho para mim assim, que tem coisas interessantes que tem que ser analisadas. Essas Conferências que envolvem mais de um ministério, geralmente é uma pauta de um ministério que precisa do outro, e o outro entra na pauta. Aqui já tem uma diferença, você tem uma construção realmente plurisetorial, enquanto processo de confluência, vamos dizer assim, é esse processo recente, vou dar um registro aqui que está muito vivo de organização do Ministério das Cidades. A agenda do ordenamento urbano, do saneamento, é impressionante como o Brasil, quer dizer, você apesar de ter ficado 30 anos na latência tentando fazer alguma coisa, quando você ganha o espaço e você trabalha bem isso aí, sem dúvida alguma, pelo menos no campo da sua liderança, a leitura da questão da sustentabilidade das cidades já não é mais o discurso antiquado da questão da infra-estrutura por si só, quer dizer, não é mais só fazer obra, aliás, o Ministério das Cidades é um dos críticos do PAC em função de você não ter ali possibilidade de você fazer avaliações que são fundamentais. Você não pode fazer intervenções tão grandes como estão propostas sem processo de avaliação. E não tem recurso pra isso. Mas o que eu quero dizer assim, que esse é um elemento interessante, primeiro que a transação de interesses comuns pra poder estar explorando o campo. E segundo, uma sensibilidade de todos, entendendo que as conferências se consolidam a partir, ou a chamada conferência, se consolida a partir das três conferências setoriais. Os conselhos cancelam essa posição, os ministérios

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

acatam, e o próprio palácio do planalto agora, o presidente Lula, chancela e assina o decreto de convocação da conferência, o que trás de interessante é porque você consegue fazer com que, por essa sensibilidade que eu comentei antes, os vícios que estão preponderando não sejam dominantes na estruturação desta conferência. Então houve muito diálogo do meio ambiente, da saúde, das cidades, quer dizer assim, bom, o que está funcionando na minha agenda é isso, e o que não está funcionando é isso, aí a gente juntou tudo que não estava funcionando e colocou num baú, e estamos tentando inventar, quer dizer, é aquela coisa de saber que as Conferências ultimamente tem sido alvo de queixas e muito pouco propositivas, então estamos buscando metodologias que permitam que isso se evite. A partir de teses, estratégias e etc. Segundo, a composição dos representantes, para nós foi um desafio muito grande porque naturalmente a constituição do campo, vamos dizer assim, do meio ambiente, tem uma formatação, da saúde tem outra e as cidades tem outra, então a possibilidade de aproximação, chegamos aí em sete ou oito atores sociais enquanto grupos, em que nós deliberadamente privilegiamos a sociedade que tem mais de cinquenta por cento da sua representação assegurada. É hora de saber trabalhar esses nomes, porque você tem uns pequenos grupos de briga de umbigo que se a gente deixar acontece mesmo, mas não é a marca fundamental, e isso tem sido fortemente colocado. E, além disso, acho que tem o aspecto do respeito ao estágio que a gente está, o reconhecimento de que ninguém pode ter o domínio completo, ninguém tem o domínio completo da agenda, mas ao mesmo tempo nós estamos tendo que ter a ousadia coletiva de fazer com que essa agenda avance. Então o fato de ter definido a conferência enquanto uma promotora das diretrizes de uma ou de políticas integradas dessa intertextualidade nossa, isso é fundamental porque a gente vai sair daqui dessa conferência, eu tenho certeza, que ninguém é dono de nada, nós pertencemos a alguma coisa que agora nós nos metemos e vamos ter que saber o que faz com isso...

GISLEI – Eu acho que essa conferência ela é mais um instrumento, e que a gente espera como um dos instrumentos, pra nós dos movimentos do campo não trás nada de inovador, porque sai com a mesma metodologia, a mesma forma de organizar, o mesmo método, a única novidade em si é que tem três ministérios envolvidos, então acho que isso talvez seja o novo, mas pro camponês, como a vida se dá de uma forma integrada e que não foi ele que separou em Ministérios, em órgãos pra atender, então ele ainda não vê isso como inovador, isso deveria ser o natural os órgãos estarem juntos discutindo as problemáticas das populações, e acho que ainda a gente peca muito na metodologia de organizar, porque o campo não vai ter a presença como a gente gostaria, as populações ribeirinhas da floresta, todo esse segmento popular estivesse envolvido e trazendo suas demandas e suas discussões. Ainda são muito pequenos, insípidos os espaços onde a gente consegue fazer uma discussão mais ampla da realidade do campo, da floresta e das águas em conjunto com a população.

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

Mas a gente vê que é um instrumento importante, seja o primeiro ou o segundo, mas que ele seja um instrumento que possa de fato reafirmar e respeitar as decisões, as deliberações que vêm sendo construídas nos movimentos sociais populares organizados do campo e da floresta que historicamente participam dos processos, mas sua implantação não tem o respeito a reafirmação e retorno a isso, e que na verdade esses movimentos nada mais refletem do que o direito a um planeta saudável, à continuidade da humanidade, e historicamente a gente vê nesses processos que toda conquista do trabalhador, principalmente do campo e da floresta e das águas, não são implementadas, não são respeitadas, não são concluídas porque é uma disputa bastante desigual ainda, mas que ela seja assim pelo menos uma ferramenta, um instrumento que a gente possa usar como um processo de reafirmação, de respeito a essas deliberações e essas conquistas históricas que estão sendo perdidas nesse processo de avanço do desenvolvimento capitalista.

MATOS – Eu nem sei se é uma tentativa de romper as caixinhas, eu acho que até é uma perspectiva de se unir as caixinhas, porque veja bem, o ministério das cidades foi pensado e disputado a sua criação pelo desenvolvimento da reforma urbana durante muitos anos, mas na implementação já se criou as caixinhas, por exemplo, se fosse pensar as cidades ou o direito às cidades tivesse que separadamente pensar transporte, saneamento, habitação e desenvolvimento urbano e aí acabava tudo, eu acho que essa proposta da conferencia vem no sentido de inclusive nos provocar enquanto urbanóides, claro que nas cidades também tem aquelas questões do tanto que influenciam na vida das cidades, da floresta, nós falamos da Amazônia por exemplo, ali num tem muita divisão nem diferença da cidade, campo e floresta, é tudo embolado, e eu acho que a conferencia vem nessa perspectiva, e a nossa perspectiva é essa, e inclusive, ontem a noite nós estávamos reunidos, os conselheiros nacionais das cidades, pra provocar essa discussão dentro do conselho, provocar a discussão da importância da conferencia nacional de saúde ambiental inclusive pra quebrar essa visão de que cidade só se discute departamentalizada por transporte, saneamento, habitação, e desenvolvimento urbano, então a nossa perspectiva é bem essa, não quebre nesse primeiro momento as caixinhas, mas pelo menos amplie a visão de que existe mais caixinhas a ser disputadas, mais caixinhas grafadas. Agora sem dúvida a gente como população, como movimento social tem sonhos, a gente sonha com o planeta diferente, e se criam expectativas a esses instrumentos, e que minimamente ele possa apontar um compromisso de governo e de estado com o conjunto das populações do planeta, agora sem dúvida a conferencia é mais um instrumento, agora como será o depois é uma incógnita. A Conferência Nacional de Saúde foi feita, apontou várias coisas, e aí? Hoje deliberações com mais expressão popular, reuniões de conselho, do fórum, a gente não conseguiu grande parte da sua implementação ou da sua discussão, então eu acho que isso tem que estar presente nas discussões

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

dentro da conferencia, a serviço de quem a conferencia vai trabalhar, por mais que a gente tenha enquanto coordenação, enquanto movimentos envolvidos uma perspectiva, isso não está claro na disputa da sociedade, e que pelo menos não sirva como instrumento de opressão e dizimação de alguns povos, de alguns setores.

TEMPUS – De que projeto de país e de sociedade, esse grupo, porque na verdade é um grupo, deslumbra em função da conferencia? Sendo ela uma iniciativa histórica.

VALÉRIO – Eu acho que a gente tem um projeto de uma sociedade mais equilibrada, do ponto de vista de como ela se organiza em termos da produção, e quais os efeitos dessa produção desse modelo de desenvolvimento sobre as pessoas de uma forma geral, porque na medida em que a gente assume que não é um problema de uma área setorial, mas de todas, ela obrigatoriamente tem que ser tratada com todas as três áreas aqui que estão tratando, sem esquecer que a finalidade dessas áreas é a questão de vivermos equilibradamente num país mais socialmente justo. O meu ponto de vista é bem simples e é isso, não tem muito como pensar diferente não, porque, voltando aos números da água, se a gente pensa que, por exemplo, já tem naturalizado o discurso da educação, a sociedade brasileira universalizou o ensino, o fundamental é obrigatório, mas se você pensa que o direito a água, o acesso a água não está universalizado, que sociedade é essa que a gente tem? Uma sociedade que é desigual. Então de novo a questão da água, a água eu acho que é o mais emblemático dessa coisa ambiental porque talvez seja o que esteja mais palpável, então assim, se a gente tem números que são absolutamente desiguais em relação ao serviço de água, e isso gera toda uma serie de questões problemáticas da saúde, das pessoas, e reflete também como a gente vem tratando, o meio que a gente vive, se a gente consegue um resultado de ter uma sociedade que se sinta mais refletida nessas políticas e demonstre de que maneira quer que seja mais justa a sociedade, eu acho que é pra onde a gente tem que apontar, a minha expectativa é sempre pra uma sociedade mais justa nesse sentido, porque do jeito que está ela é desigual.

TEMPUS – Assim como a oitava conferência nacional de saúde deu a base para o SUS, de grandes diretrizes, de saúde como direito e etc, se a gente pensa um novo ciclo para o SUS, em termos dele voltar para essa pauta sanitária, não tanto da agenda da doença mas da promoção da saúde que tipo de diretrizes poderiam ser aprovadas numa conferencia como essa, que poderiam ser um eixo estratégico para uma política nacional de saúde ambiental?

CARLOS – Olha, eu não sei se eu vou te responder, mas eu acho que se nós conseguirmos fazer com que as expectativas da conferencia traduzam o que é comum às leis, às orientações centrais desses setores, que é a questão da sustentabilidade, do

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

cuidar de maneira integrada e etc., e que as derivações da conferencia trabalhem efetivamente e apontem caminhos em que as teses que nós temos, como por exemplo, a gente tem da saúde muito forte, a saúde não é só uma questão de atenção médica, acho que toda uma determinação por de trás, se a gente conseguir no nosso campo fazer atuações concretas em cima disso já é um grande ganho. Por exemplo, criar uma plataforma, se for possível imaginar, de sistemas de informação comuns, em que a gente possa minimamente fazer com que as informações de saneamento, as informações de meio ambiente, da saúde possam estar circulando de forma tal, e que seus usuários sejam aí de qual for, cientistas, pesquisadores, gente prática de governo, sociedade, quer dizer, são determinadas coisas que até a gente se olha, e pensa pô isso é tão simples, mas vai ver a complexidade disso no estado que é fragmentado. Como também eu acho a questão de você poder fazer arranjos, em termos de aliança da sociedade, e que talvez aspectos que possam ser interpretados por um ou por outro, enquanto coisas que são atomizadas em seus próprios mundos acabam não sendo o ponto de vista da expressão real e concreta daquilo, como muita coisa que a gente falou aqui de segurança química e etc. Então eu acho que se a conferencia puder trazer esses guias pra gente poder chegar nisso, eu acho que a gente dá um “pontapézinho” aí interessante pra frente.

TEMPUS – Frente ao atual contexto do PAC e das pressões como a da bancada ruralista no Congresso para rever uma série de leis de proteção ambiental para priorizar o setor produtivo, o que se espera da I CNSA?

CELIA – Pensamos que uma grande problemática que nós enfrentamos é que nós vivemos numa sociedade de classes, e essa sociedade de classes em que uma minoria se impõe sobre a maioria na questão da estruturação, da produção principalmente, e isso cria um ambiente de degradação do ecossistema e empobrece muito as camadas sociais tanto nas grandes cidades que leva a periferia, e principalmente em se tratando de floresta, a situação parece que não alcança, o estado de direito, não alcança as populações que moram dentro da floresta, e essa situação, por exemplo, do agronegócio, das grandes negociações que vêm o avanço do capitalismo pra áreas rurais dentro do campo e principalmente na floresta, expurga essas populações ao longo das suas vidas que ocupam determinados territórios, e nós como não sabemos viver fora da floresta, a gente vai e adentra cada vez mais e isso causa uma distancia muito grande de acesso a essas políticas publicas, as pessoas sofrem mais, têm mais doenças, por conta desse desmatamento que agravam determinadas doenças, como por exemplo a questão da raiva humana, a questão da hepatite, que a gente vê comunidades inteiras, por exemplo aqui na Amazônia, no rio Purus, comunidades inteiras com mais de oitenta por cento de hepatite de quase o alfabeto inteiro, A, B,

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

C, D, E, F, G, então é uma situação e o poder público, principalmente municipal não se alarmar, quer dizer, não aqui não existe isso, então é grave a situação, eu penso que hoje esta conferencia é o clamor do povo que está berrando, olha a situação está desse jeito, no estado do Pará, ali na área no litoral da Amazônia, na costa brasileira em plena Amazônia, teve um município onde tem uma reserva extrativista marinha, Araí Peroba, que morreram catorze pessoas de raiva humana, e hoje só tem um monitoramento ali, só vai lá colocar, ver se tem... Pequeno, e a gente sabe que é uma necessidade maior. Então pra a gente falar de saúde ambiental a gente tem que olhar o ambiente, tem que olhar o aspecto das pessoas, da família, a partir de como elas estão morando, entra toda essa questão da infra-estrutura, do transporte, então num adianta você estar discutindo dizendo que tem política pra isso ou pra aquilo, mas se não alcança essas famílias que estão lá, se não tem uma educação ambiental, que num tem prevenção, e a gente faz o mínimo do mínimo pelos nossos esforços, mas eu penso que esse momento, esse espaço de discussão, de debate ele é vitorioso pela iniciativa das organizações não governamentais, da sociedade civil que hoje tem mais presença nisso e já vem buscando esse conhecimento pra legitimar esse controle social, pra arrumar essa questão do aspecto de políticas públicas mesmo e de trazer uma presença maior de uma política publica bem formalizada, bem contextualizada, em se tratando de ambiente, em se tratando dos recursos que no nosso entendimento não é recurso é o patrimônio.

VALÉRIO – Outro tema que é importante que a gente aborda pouco, que só depois que a gente percebe os efeitos dele, é o tema das barragens, as barragens eu tenho dito, elas têm dois efeitos, o primeiro é quando na construção das barragens se coloca pessoas, e o efeito das barragens pra quem fica depois das barragens. Tem gente que fica a dois mil quilômetros das barragens e é alagado sem saber por que é alagado, tem um sol maravilhoso e as pessoas estão sendo alagadas, então isso é um problema sério de saúde pública e também de saúde e ambiente. Isso na verdade são coisas que de alguma forma nos preocupam e que nós achamos que vai ser importante debater esses temas na conferencia. Uma política de saúde e ambiente que cuide dessas coisas, com as diretrizes como é que a gente faz? Nós somos contra todas as barragens? Como é que a gente faz? Aí tem o tema que o Wagner levanta que nós somos a favor do desenvolvimento também, mas a gente tem que ter outras formas alternativas pra que isso aconteça, porque a gente parou no momento que nós estávamos discutindo a questão dos grandes problemas nacionais e internacionais que devem ser pautados na conferencia de saúde e ambiente, enquanto o Wagner estava falando, retomando, então o exemplo mais gritante desse processo de inversão de prioridades foi no processo de isenção fiscal pra indústria automobilística. Pra se ter uma idéia o

Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p.14-25. 2009.

volume de isenção de recursos que foi feito ele daria pra construir metrô nas grandes cidades, são recursos infinitos porque a isenção fiscal foi absurda e na realidade a indústria ganhou e a população ganhou, mais poluição, mais trânsito, mais cidade paralisada, o transporte público continua sem investimento, e a gente tem um processo de degradação do meio ambiente provocado pela, por esse modelo que é o modelo do transporte individual que se sobrepõe ao transporte coletivo, então eu acho que a conferência nesse aspecto, ela nos ajudará no mínimo a desvendar essas questões que são, que muitas vezes são compreendidas e nem são explicitadas, então eu acho que se ela cumprir esse papel, e começar a apontar caminhos, do ponto de vista de você priorizar o coletivo sobre o individual, o público sobre o privado, e o interesse da maioria sobre o interesse da minoria, eu acho que ele já nos permitirá fazer uma discussão profícua do ponto de vista de conseguirmos ter uma inversão da lógica ou tentar começar uma inversão da lógica que tem norteado até esse governo que é um governo que sem sombra de dúvida é melhor que o outro mas que tem dentro dele, embutido nele toda uma lógica que é a lógica desse desenvolvimento não sustentável e de um desenvolvimento que desconsidera determinados aspectos fundamentais pra saúde das populações.